



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (9/10/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 19ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavarres Mendes, Valter José de Omena Acioly, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente, virtualmente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, por encontrarem-se em gozo de férias, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Também ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 18ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. Ofício n. 365/2025 – GAB/PGJ (para conhecimento). Assunto: Aplicação dos Temas 6 e 1234 do STF; 3. Matéria sobre a discussão nacional da Reforma Administrativa/2025 (para conhecimento); 4. GED n. 20.08.0284.0005289/2025-61 (para homologação). Interessado: Dr. Maurício Amaral Wanderley, Promotor de Justiça. Assunto: Encaminhamento do plano de atuação da 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca referente ao biênio 2025-2027; 5. GED n. 20.08.0284.0005280/2025-13. Interessada: Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público. Assunto: Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a atuação da Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;



3 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
4 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

39 6. GED n. 20.08.0284.0005295/2025-93. Interessados: Promotores de
40 Justiça da Capital. Assunto: Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a
41 reestruturação do Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não
42 Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, criado pela Resolução
43 CPJ n. 2/2011. Quanto ao **item 1**, após regular apreciação, a Ata da 18ª
44 Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por
45 unanimidade pelo colegiado. Quanto ao **item 2**, o Presidente esclareceu
46 que a matéria versa sobre o expediente enviado à Presidência da 4ª Câmara
47 Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, conforme o deliberado
48 na 17ª Reunião Ordinária de 2025. O expediente foi conhecido pelo
49 colendo colegiado. Quanto ao **item 3**, o Presidente informou que o item
50 trata de material informativo acerca da discussão nacional sobre a Reforma
51 Administrativa em 2025. Afirmou que inseriu a matéria em pauta com o
52 escopo de cientificar o colegiado do relevante tema e possibilitar a abertura
53 de um canal para apresentação de manifestações ou sugestões que
54 permitam o aprimoramento do serviço público brasileiro. Destacou a
55 importância do diálogo com os parlamentares alagoanos que integram o
56 Congresso Nacional acerca da Reforma Administrativa referida. Quanto ao
57 **item 4**, O Presidente informou que a matéria versa sobre a apresentação do
58 plano de atuação da 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, referente ao
59 biênio 2025-2027. Colocado em votação, o aludido plano de atuação foi
60 homologado pelo egrégio colegiado, nos termos da Resolução CPJ n.
61 26/2023. Quanto ao **item 5**, o Presidente afirmou que a matéria em análise
62 versa sobre Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a atuação da
63 Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo
64 de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do
65 Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos
66 membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família
67 Acolhedora. Disse que a referida proposta decorreu do atendimento a uma
68 recomendação conjunta do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho
69 Nacional do Ministério Público e de outros órgãos do Poder Executivo
70 Federal, que teve a finalidade de ressaltar a importância da integração de
71 esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família
72 Acolhedora. Asseverou que a minuta de Resolução apresentada foi
73 previamente distribuída aos integrantes do colegiado. Colocada em
74 votação, o egrégio colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta de
75 Resolução apresentada. Quanto ao **item 6**, o Presidente esclareceu que a
76 matéria em análise versa sobre a proposta de Resolução CPJ que dispõe



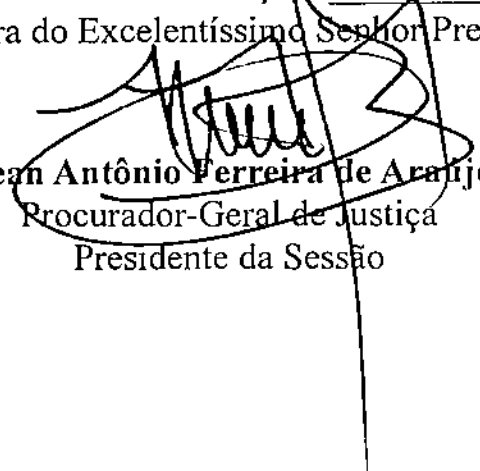
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

sobre a reestruturação do Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, criado pela Resolução CPJ n. 2/2011. Afirmou que a minuta apresentada foi previamente distribuída aos integrantes do colegiado. Fez a leitura da ementa da proposta de Resolução, esclarecendo os pontos abordados. Colocada em votação, o colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta de apresentada. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral, justificou sua ausência na sessão anterior. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente determinou que a Secretaria registrasse na ata da sessão anterior do Colégio de Procuradores de Justiça ausência justificada pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes. Informou que, de quarta à sexta-feira da corrente semana, o Ministério Público do Estado de Alagoas sediará a 4ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Registrou a grandeza do evento, que conta com a participação de mais de 100 (cem) membros de diversas unidades ministeriais da federação. Destacou que o Grupo Nacional de Direitos Humanos é composto por algumas comissões temáticas, a exemplo da Comissão Permanente de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde, Comissão Permanente de Defesa da Educação, dentre outras. Agradeceu o apoio da Polícia Militar, do Governo do Estado de Alagoas, do município de Maceió e de todos os envolvidos do Ministério Público do Estado de Alagoas que participaram do evento. Elogiou a apresentação do coral “*Cantus Legis*” do MPAL, ressaltando que os participantes do evento ficaram encantados. Propôs o encaminhamento de um expediente de agradecimento a todos que ajudaram na realização da 4ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, sendo seguido por todos os integrantes do colegiado. Disse que no evento a Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Amazonas lhe prestou uma homenagem em razão das atividades desenvolvidas a frente do Ministério Público do Estado de Alagoas. Asseverou que o evento foi um sucesso e que já existe uma programação para que o Estado de Alagoas seja sede do Encontro Nacional dos Promotores de Justiça que atuam



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

115 perante o Tribunal do Juri, a ser realizado em meados de 2026. Em seguida,
116 o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou
117 encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei
118 como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto
119 Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a
120 conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

121
122 
123 **Leon Antônio Ferreira de Araújo**
124 Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão



Walber José Valente de Lima, Mauricio André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Neide Maria Camelo da Silva e Silvana de Almeida Abreu. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Foram convidados a compor a mesa de honra, os Excelentíssimos Desembargadores do TJ de Alagoas Fernando Tourinho de Omena Souza e Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, os Excelentíssimos Promotores de Justiça Givaldo Barros Lessa, Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Alagoas – Ampal, e Coaracy José Oliveira da Fonseca, Coordenador e Organizador da obra institucional, o Excelentíssimo Advogado Mário Augusto Soares Martins, o Excelentíssimo Deputado Estadual José Ronaldo Medeiros e a Excelentíssima Professora Elaine Cristina Pimentel Costa. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a reunião do colendo Colégio de Procuradores de Justiça teria a finalidade de promover o lançamento da obra institucional: "Direito, Democracia e Linguagem: Estudos em Homenagem ao Professor Dilmar Lopes Camerino". Destacou a atuação acadêmica do homenageado, os relevantes e valiosos serviços prestados ao Ministério Público do Estado de Alagoas e à sociedade alagoana. Na sequência, a Chefe do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, Maria Cristina Mendes Cavalcante Bispo, fez um breve relato da trajetória profissional do homenageado, ressaltando sua atuação como professor universitário. Na sequência, fizeram uso da palavra o Excelentíssimo Promotor de Justiça Coaracy José de Oliveira da Fonseca e o Excelentíssimo Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino, que proferiu o discurso em que ressaltou a alegria de ter sido homenageado. Agradeceu a todos. Por fim, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo parabenizou o homenageado e ressaltou o cabimento da homenagem prestada. Por fim, foi encerrada a sessão, do que para constar, eu, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça de 3ª Entrância, Secretário do Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, _____, lavrei e rubriquei a presente Ata que vai adiante assinada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (9/10/2025), às onze horas (11h), realizou-se a 19ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Eduardo Tavarres Mendes, Valter José de Omena Acioly, Mauricio André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Helder de Arthur Jucá Filho, Neide Maria Camelo da Silva, Luiz José Gomes Vasconcelos e Sandra Malta Prata Lima. Presente, virtualmente, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, por encontrarem-se em gozo de férias, os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Também ausente, justificadamente, a Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 18ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025; 2. Ofício n. 365/2025 – GAB/PGJ (para conhecimento). Assunto: Aplicação dos Tems 6 e 1234 do STF; 3. Matéria sobre a discussão nacional da Reforma Administrativa/2025 (para conhecimento); 4. GED n. 20.08.0284.0005289/2025-61 (para homologação). Interessado: Dr. Mauricio Amaral Wanderley, Promotor de Justiça. Assunto: Encaminhamento do plano de atuação da 7ª Promotoria Justiça de Arapiraca referente ao biênio 2025-2027; 5. GED n. 20.08.0284.0005280/2025-13. Interessada: Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público. Assunto: Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a atuação da Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 6. GED n. 20.08.0284.0005295/2025-93. Interessados: Promotores de Justiça da Capital. Assunto: Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a reestruturação do Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, criado pela Resolução CPJ n. 2/2011. Quanto ao item 1, após regular apreciação, a Ata da 18ª Reunião Ordinária do CPJ em 2025 foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo colegiado. Quanto ao item 2, o Presidente esclareceu que a matéria versa sobre o expediente enviado à Presidência da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, conforme o deliberado na 17ª Reunião Ordinária de 2025. O expediente foi conhecido pelo colendo colegiado. Quanto ao item 3, o Presidente informou que o item trata de material informativo acerca da discussão nacional sobre a Reforma Administrativa em 2025. afirmou que inseriu a matéria em pauta com o escopo de cientificar o colegiado do relevante tema e possibilitar a abertura de um canal para apresentação de manifestações ou sugestões que permitam o aprimoramento do serviço público brasileiro. Destacou a importância do diálogo com os parlamentares alagoanos que integram o Congresso Nacional acerca da Reforma Administrativa referida. Quanto ao item 4, O Presidente informou que a matéria versa sobre a apresentação do plano de atuação da 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, referente ao biênio 2025-2027. Colocado em votação, o aludido plano de atuação foi



homologado pelo egrégio colegiado, nos termos da Resolução CPJ n. 26/2023. Quanto ao item 5, o Presidente afirmou que a matéria em análise versa sobre Proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a atuação da Corregedoria-Geral, da Escola Superior do Ministério Público e do Núcleo de Defesa da Infância e Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Alagoas – CAOP, para orientação aos membros e servidores quanto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Disse que a referida proposta decorreu do atendimento a uma recomendação conjunta do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e de outros órgãos do Poder Executivo Federal, que teve a finalidade de ressaltar a importância da integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Asseverou que a minuta de Resolução apresentada foi previamente distribuída aos integrantes do colegiado. Colocada em votação, o egrégio colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta de Resolução apresentada. Quanto ao item 6, o Presidente esclareceu que a matéria em análise versa sobre a proposta de Resolução CPJ que dispõe sobre a reestruturação do Núcleo de Inquéritos e de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal e Diligências – NIMP da Capital, criado pela Resolução CPJ n. 2/2011. Afirmou que a minuta apresentada foi previamente distribuída aos integrantes do colegiado. Fez a leitura da ementa da proposta de Resolução, esclarecendo os pontos abordados. Colocada em votação, o colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta de apresentada. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir nova matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente deu por encerrada a pauta. Adentrando à fase de comunicações, o Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Corregedor-Geral, justificou sua ausência na sessão anterior. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente determinou que a Secretaria registrasse na ata da sessão anterior do Colégio de Procuradores de Justiça ausência justificada pelo Excelentíssimo Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes. Informou que, de quarta à sexta-feira da corrente semana, o Ministério Público do Estado de Alagoas sediará a 4ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Registrou a grandeza do evento, que conta com a participação de mais de 100 (cem) membros de diversas unidades ministeriais da federação. Destacou que o Grupo Nacional de Direitos Humanos é composto por algumas comissões temáticas, a exemplo da Comissão Permanente de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde, Comissão Permanente de Defesa da Educação, dentre outras. Agradeceu o apoio da Polícia Militar, do Governo do Estado de Alagoas, do município de Maceió e de todos os envolvidos do Ministério Público do Estado de Alagoas que participaram do evento. Elogiou a apresentação do coral "Cantus Legis" do MPAL, ressaltando que os participantes do evento ficaram encantados. Propôs o encaminhamento de um expediente de agradecimento a todos que ajudaram na realização da 4ª Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, sendo seguido por todos os integrantes do colegiado. Disse que no evento a Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Amazonas lhe prestou uma homenagem em razão das atividades desenvolvidas a frente do Ministério Público do Estado de Alagoas. Asseverou que o evento foi um sucesso e que já existe uma programação para que o Estado de Alagoas seja sede do Encontro Nacional dos Promotores de Justiça que atuam perante o Tribunal do Juri, a ser realizado em meados de 2026. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, _____ sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 29/2025

Modifica a Resolução CPJ 2/2011.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, ao CONSIDERAR:

- I – a necessidade de aprimorar a tramitação e o controle de inquéritos policiais no âmbito do Ministério Público;
- II – a conveniência administrativa de permitir a atuação regionalizada dos Núcleos de Inquérito, de modo a garantir maior eficiência e celeridade, sem aumento de despesas;